

Jornal da Justiça na abertura do Encontro da JMU com a Comissão e Corte IDH (480p, h264) (1)

Transcribed by [TurboScribe.ai](#). [Go Unlimited](#) to remove this message.

Começou hoje em Brasília o Encontro da Justiça Militar da União com a Comissão da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O repórter Daniel Vasques acompanhou a abertura do evento e ao vivo tem os detalhes. Boa tarde, Daniel.

Boa tarde. O Encontro da Justiça Militar da União recebe representantes da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos até quinta-feira. Ao todo, vão ser 29 palestras com palestrantes de 15 países e que receberão delegações do mundo inteiro, principalmente de países como o Canadá, Estados Unidos, aqui na América Latina, no Chile, da Colômbia e do México.

Hoje, amanhã, durante a solenidade, a ministra-presidente do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Rocha, recebeu o Prêmio Direitos Humanos 2014. Entregue pela ministra Ideli Salvat, secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. O prêmio foi entregue pela garantia dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Sobre o encontro, eu converso agora com o juiz Roberto de Figueiredo Caldas, vice-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que palestrou essa manhã. Ele falou sobre a justiça militar e as suas perspectivas futuras segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Boa tarde, juiz.

Gostaria de saber do senhor qual o principal enfoque da sua palestra, o que quem esteve presente pôde acompanhar. Bem, o principal enfoque foi, em primeiro lugar, o diálogo democrático que se está estabelecendo entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o sistema interamericano como um todo, composto também pela comissão, e as justiças militares, digamos, lideradas pela Justiça Militar Brasileira, pelo Superior Tribunal Militar. Este diálogo é fundamental porque, muitas vezes, se colocou, ao longo da história, em contraposição direitos humanos e forças armadas.

Agora, existe um tratado específico que determina que civis não podem ser julgados pela justiça militar. O que esse tratado estabelece e de que forma isso é cumprido? São padrões internacionais. O tratado é o Pacto de São José da Costa Rica, ou Convenção Americana sobre Direitos Humanos, interpretada pela Corte, que diz que nenhum civil, em hipótese nenhuma, pode ser julgado pelas justiças militares.

Evidentemente, alguns países têm, nas suas próprias constituições, nas legislações, dispositivos que permitem este julgamento de civis. Mas, no tratado mesmo, se diz que as legislações nacionais, inclusive constituições, devem adequar-se à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Obrigado pela sua presença.

Lembrando que o encontro prossegue até a próxima quinta-feira, no Superior Tribunal Militar, que fica na Praça dos Tribunais Superiores, no setor de Autarquia Sul, aqui em Brasília. Voltamos aos estúdios. Obrigada, Daniel.

Transcribed by [TurboScribe.ai](#). [Go Unlimited](#) to remove this message.